

## CONTRAPONDO A PARTILHA DESIGUAL: PERSISTÊNCIA NORTISTA NO BRASIL OITOCENTISTA

Johny Santana de Araújo<sup>1</sup>  
johnysa@ufpi.br

José Lins Duarte<sup>2</sup>  
jlinsduarte@ufpi.edu.br

77

### Reestruturação administrativa

O governo imperial, em meados do século XIX, caracterizou-se por promover consideráveis conquistas utilizando uma postura embasada na diplomacia. A partir da conquista de plausível estabilidade, sentiu-se em condições de implementar estratégias administrativas voltadas ao crescimento econômico. Isso, em decorrência de estar vivenciando um momento de plena autonomia e, assim, consolidando de forma incondicional os embasamentos propícios ao seu desenvolvimento.

Nesse encaminhamento, Dom Pedro II, tratou de estabelecer e fortalecer medidas de incentivo aos setores produtivos, mesmo que ainda se ressentisse de implicações ligadas a vários problemas passados, os quais findaram por atingir o desempenho das finanças do Império. Dessa forma, não apresentava suficientes transformações, capazes de ampliar a diversificação de produtos geradores de riquezas. Assim, decidiu manter posturas conservadoras, pois não intencionava causar uma melhor distribuição de renda, uma vez que preservava os mesmos direcionamentos organizacionais de antigamente, incluindo o sistema escravista.

Entretanto, ao avaliar a situação, compreendeu-se que era preciso acautelar-se quanto a possíveis contestações e represálias, que certamente poderiam advir. Porque, apesar de planejar medidas para resguardar interesses voltados para o Brasil, existiam grupos políticos e econômicos que se sentiriam prejudicados. Ciente dessa conjuntura, buscava o momento oportuno para alterar os mecanismos que travavam a estruturação e o progresso brasileiro, tanto no âmbito interno quanto

<sup>1</sup> Doutor em História. Professor do Departamento de História da UFPI – Teresina.

<sup>2</sup> Mestre em História. Professor do Departamento de História da UFPI – Picos.

no externo, e, assim, agilizar o crescimento do país, solidificar os apoios e fortalecer a unidade nacional. (Neves e Machado, 1999, p. 247).

### **Perspectiva política**

Referente à condução da política interna, no final do segundo quartel do século XIX, vivenciou-se uma última experiência revolucionária contrária aos intentos da Corte. Em decorrência do envolvimento da província pernambucana e da dimensão tomada, foi exigida vigorosa atenção e mobilização do governo central. Contudo, a situação foi contornada com certa brevidade, tendo sido finalizado o último e preocupante capítulo de sublevação no regime imperial. Para Oliveira Lima (1997, p. 311), chegou ao fim um curto, mas inquietante, acontecimento, no qual:

Pernambuco, como já notamos, forneceu a última nota violenta da nossa história durante o imperio, o derradeiro exemplo da rebelião empregada como armas pelos partidos em ostracismo politico. 1849 assignala pois o fim da era dolorosa de agitação civil, ininterrupta desde a proclamação da independência, e o echo expirante da animosidade persistentemente manifestada á antiga metropole, gerada na reacção cruenta contra revoltas generosas, mas sómente correspondente em seu declínio ao resfolegar de invejas pequenas e represálias mesquinhas.

Finalmente, após ter experimentado várias situações conflitantes envolvendo levantes internos, depois da proclamação da independência, o momento era de aceitável harmonia. Dessa vez, conseguiu-se sustar em Pernambuco a Revolução Praieira, iniciada em 1848 e contida no início do ano seguinte. Assim, foi eliminado o último foco de rebelião, considerada a mais importante do chamado segundo reinado. (CARVALHO, 2012, p. 98).

No âmbito externo, sintomas da postura imperial mostraram-se através da implementação de algumas normas protecionistas e da não renovação do tratado comercial anglo-brasileiro de 1827 com a Inglaterra. Desse modo, tornaram-se evidentes as intenções de buscar um norte mais apropriado às conveniências da Corte. Essa compreensão foi reforçada, amparando-se na medida que deu alento a esse mister, através da efetivação, em 1844, das chamadas Tarifas Alves Branco. De forma abrangente, passou a representar um consistente avanço às pretensões brasileiras, alterando substancialmente a sua condução alfandegária. Dessa forma, projetou um novo roteiro nas relações econômicas a nível local e internacional; pois, embora o Brasil tivesse promovido a

abertura dos portos às nações amigas desde 1808, vinha permanecendo atrelado a alguns acordos desvantajosos com a Inglaterra iniciados em 1810. (MANCHESTER, 1973, p. 193).

Além da desavença com um antigo aliado e maior potência bélica da época, acrescentavam-se outros desentendimentos com países vizinhos na região do Prata. Porque havia o interesse na aplicação de capitais nesses países e de resguardar a liberdade de navegação nos rios Uruguai, Paraguai e Paraná.

Enfim, ocorreu o confronto, contra Juan Manoel de Rosas, governador da província de Buenos Aires, e seu aliado uruguaio Manuel Oribe, governador de Montevidéu. Essa incursão, iniciada em 1851 e terminada no ano seguinte, teve o Brasil como nação vitoriosa. A ação contou com apoio inglês, assim denotando seu interesse pela região e ainda denunciando a considerável dependência militar brasileira. (BASILE, 2000, p. 251).

Confluindo para a última das ocorrências conflituosas no cenário internacional, nesse período, sucedeu uma avultada e demorada guerra contra o Paraguai, iniciada em 1864, perdurando até 1870. O desfecho desse acontecimento teve o Brasil como nação vitoriosa no campo militar. Contudo, essa campanha exigiu bastante atenção e empenho, gerando elevados dispêndios financeiros e desgaste político e social. (HOLLANDA, 1997, p.91).

Como consequência dessa conjuntura, destacaram-se duas disposições, a dos endividados e a dos beneficiados, pois:

Os fabricantes ingleses vendiam navios couraçados, barras de ferro, tubulações e chapas para a construção de navios de guerra, embarcações a vapor, peças de artilharia e munição para os beligerantes. Ou seja, na prática, para o Brasil e a Argentina, visto que o Paraguai logo ficou sob o bloqueio brasileiro. Nesse aspecto é válido observar que antes mesmo de qualquer interesse político numa derrota militar paraguaia, o negócio da guerra seria mais lucrativo para quem dispusesse de meios e garantias de saldar qualquer dívida contraída. Nesse ponto, o Paraguai isolado, e sabedores das potencialidades do Brasil, quanto a contrair dívida e honrá-la, era óbvio uma negociação dos bancos ingleses e dos fornecedores europeus com o Império. (ARAÚJO, 2011. p. 42-43).

As adversidades causadas por um conflito desse porte, no qual se envolveram internamente vários setores econômicos e sociais, ocasionavam consideráveis transtornos, prejuízos e incertezas. Entretanto, embora se tenha vivenciado uma sequência de conflitos e oscilações, alguns de acentuada gravidade, não foi suficiente para interromper o crescente

desempenho brasileiro. Enfim, cessaram as desavenças com os países vizinhos e foram efetuados realinhamentos de acordos com a Inglaterra.

### **Principais produtos nortistas**

Nessa conjuntura, a questão financeira era o fator que mais despertava o comprometimento por componentes dos segmentos produtores e administrativos. Todavia, as articulações que envolviam ações nesse sentido caminhavam bastante interligadas, uma vez que tanto os governos provinciais quanto o governo imperial mantinham acentuadas preocupações na questão da receita fiscal. Porque era em decorrência do seu resultado, que se definia, em grande parte, as deliberações para investimentos e realizações.

Notadamente, vivenciando um momento ascendente no desenvolvimento econômico, as posturas tomadas pela Corte eram insuficientes para creditar um panorama plenamente convincente aos detentores dos domínios produtivos. Esse entendimento era reflexo da insatisfação de determinados grupos, decorrente da falta de empenho em medidas menos atreladas ao governo central.

Mantendo esse posicionamento, a administração imperial continuava se expondo a uma condição de fragilidade, resultante da dependência externa, pois permanecia submissa à lavoura voltada à exportação. Nesse direcionamento, os rendimentos advindos do segmento canavieiro se apresentavam em declínio, devido à concorrência de outros mercados, através da cultura do açúcar de beterraba na Europa e da grande produção de açúcar de cana das Antilhas. (DEAN, 1998, p. 193).

Diante das circunstâncias, investiu-se na retomada de influência desse setor, tendo o respectivo empenho repercutido positivamente, mas a sua comercialização não voltou a corresponder, continuamente, como a mais importante fonte de lucro brasileira. Enquanto dedicavam-se ao soerguimento do ramo açucareiro, os produtores defrontaram-se com uma disputa interna, dentro do espaço agrário, assim constituindo perda da hegemonia de arrecadação na exportação agrícola. (SINGER, 1977, p. 282).

Tal situação se configurou em função do cultivo do algodão em determinados períodos ter a demanda aumentada, se tornando mais requisitado e lucrativo que o açúcar no mercado

internacional. Devido à elevação da importância dessa fibra têxtil, associada ao aumento de consumo e do crescimento industrial, foi possível manter, não com a mesma amplitude, aceitáveis negócios com o mercado europeu. Essa conjuntura sobreveio em decorrência das transformações e da sua confirmação como uma mercadoria de fundamental valor na produção em larga escala no setor fabril, resultante da Revolução Industrial.

Na continuidade dessa disputa, ocorreu um considerável esforço realizado pelos produtores de açúcar, no intuito de retornar aos patamares anteriores de importância e de participação na arrecadação brasileira. Como resultado dessa reestruturação, observa-se que, durante as três primeiras décadas do século XIX, a cultura açucareira se manteve como a mais exportada do setor agrário. Porém, o seu declínio tornou-se evidente quando as comercializações decresceram, atingindo índices bastantes abaixo dos praticados anteriormente. (FURTADO, 1999, p. 108).

Como desfecho dessas circunstâncias, o direcionamento de sua comercialização passou por uma reestruturação, sendo, em parte, concentrada com mais ênfase no mercado interno. Assim, conseguiu responder por uma parcela relativamente significativa da arrecadação imperial, permanecendo nessa composição até o final desse século. Caio Prado Júnior (1986, p. 157) expôs que:

O renascimento agrícola iniciado em fins do séc. XVIII e grandemente impulsionado, como vimos, depois da abertura dos portos e emancipação política do país, favorece sobretudo, de início, as regiões agrárias mais antigas do Norte: as províncias marítimas que se estendem do Maranhão até a Bahia. Elas voltam então a ocupar a posição dominante desfrutada no passado e que tinham perdido parcialmente em favor das minas. Mas esse novo surto do Norte Brasileiro não durará muito; já na primeira metade do séc. XIX o Centro-Sul irá progressivamente tomando a dianteira nas atividades econômicas do país. E na segunda, chega-se a uma inversão completa de posições: o Norte estacionário, senão decadente; o Sul, em primeiro lugar, em pleno florescimento.

Enfim, as grandes vantagens econômicas advindas do açúcar e, em menor escala, do algodão, encontraram seu momento de consumação, motivadas pela concorrência. Todavia, apesar de terem gerado expressivas arrecadações ao Brasil, houve resistências e insatisfações, tendo como motivo maior, a transferência de grande parte das riquezas para a Metrópole e concentração dos benefícios materiais no Rio de Janeiro.

## O Sul avança na concorrência agrícola

Nesse transcurso, em decorrência do aumento de consumo de café no mercado internacional, alguns plantadores brasileiros ampliaram o desenvolvimento desse componente agrícola, que se apresentava com potencial de suprir as lacunas deixadas pelos anteriores. Este, em pouco tempo, firmou-se como fundamental na recuperação econômica brasileira. Dessa forma, gerou expectativas promissoras ao alcançar a segunda colocação nas exportações a partir do terceiro decênio do século XIX. A confirmação dessa perspectiva, de assumir o legado de prosperidade, ocorreu vinte anos depois, ao atingir o primeiro posto nas vendas externas. (SILVA, 1995, p.34).

No entanto, a sua trajetória somente passou a ser tratada com ênfase no início do período imperial, transformando-se numa alternativa para suprir a estagnação da cana de açúcar. Findou por substituí-la na posição de principal produto de comercialização agrícola, inclusive, auferindo maior lucratividade dentro desse segmento. Esse novo componente também revelou um importante aspecto geográfico, pois conduziu a uma transferência regional, do norte para o sul, da principal fonte econômica à agroexportadora. (PRADO JÚNIOR, 1986, p. 157).

Na década de 1820, ocupou o terceiro lugar – 18,4% – do total da pauta de exportação, sendo superado apenas pelo açúcar e pelo algodão. Já no período posterior, alcançou 43,8% do conjunto, assumindo o primeiro lugar e mantendo-se nessa posição durante todo o século XIX, chegando, inclusive, a representar, em 1889, 67,7% do total dos artigos comercializados no mercado externo. (NEVES E MACHADO, 1999, p. 143).

Decorrente das mudanças desencadeadas, o setor cafeeiro, com sua crescente aceitação no comércio externo, motivou investimentos e a ampliação de sua plantação. Nessa etapa, o seu plantio passou a se concentrar no vale do Paraíba, um espaço qualificado para o exercício dessa lavoura, localizado na região sul do Rio de Janeiro e na parte leste de São Paulo.

Todavia, nesse interim a extensão territorial dedicada aos cafezais no vale do Paraíba começou a apresentar sinais de saturação do solo, situação que promoveu imediata atenção, pois se tratava de pôr em risco a manutenção dos elevados ganhos auferidos aos cafeicultores e da sobrevivência dos recursos da esfera pública. Visando atender a esses interesses, buscou-se preventivamente alternativas capazes de suprir essa adversidade.

Mantendo essa projeção de expansão progressiva, ao atingir a metade do século, as plantações tomaram outro trajeto, propagando-se para o Oeste paulista, uma área favorecida pelas condições apropriadas da terra. Essa transição culminou com a superação, em breve espaço de tempo, da zona de plantio anterior. (PAULA, 2012, p. 190-191). O novo rumo intensificou sobremaneira os negócios e findou dominando de forma ampla o segmento cafeeiro, assumindo a primeira posição no setor agrário. (NOYA PINTO, 1985, p. 135). Dentre as medidas adotadas no contexto, houve a realização de acertados investimentos na contratação de trabalhadores estrangeiros e na implantação de vias férreas.

Relativo à condução econômica, um novo grupo, também pertencente à agricultura, passou a exercer o controle e a vivenciar maior prestígio no âmbito nacional, suplantando os anteriores ligados à cultura da cana de açúcar no norte brasileiro. Essa conquista favorável aos fazendeiros do café possibilitou o estabelecimento de uma nova classe dominante oriunda do bloco agrícola, dessa vez situada no sul do Brasil. (PRADO JÚNIOR, 1986, p. 167).

Partilhando dos satisfatórios resultados alcançados, essa condição converteu-se em uma estimável impulsão na dinâmica desenvolvimentista do país, proporcionando o despontar de um panorama de prosperidade capaz de atender a diversas demandas e investimentos. Através dessa consolidação, foi possível criar condições com a finalidade de alcançar outras áreas além da agricultura, assim, passando a estimular a industrialização e, sobretudo, no que concerne à questão da urbanização, a qual avançou consideravelmente em vários centros populacionais brasileiros. (IGLÉSIAS, 2004, p. 311).

Esse ensejo de progresso, envolto na evolução obtida da lucratividade agrícola, principalmente através da comercialização do café, permitiu a ascensão de novos grupos e classes sociais, que desenvolveram outras tendências e interesses. Enfatizando que não apenas os favorecidos pela hegemonia da cafeicultura, mas também algumas províncias do norte, que economicamente não desempenhavam essas mesmas atividades produtoras, inseriram-se nessa conjuntura.

### **Adventos do progresso**

As circunstâncias nesse período remeteram a entendimentos de que perceptíveis transformações se configuraram expressivamente, a partir de meados desse século, e com maior intensidade em

províncias da região Sul. Eles foram resultantes do desempenho econômico, político e social desencadeados sobremaneira pelo segmento cafeeiro, o qual proporcionou outros níveis de modificações, com consideráveis distinções das práticas anteriores. Esses fluxos também se evidenciaram em decorrência da amplitude alcançada, despertando diferentes interesses e novas estruturas sociais, repercutindo além da esfera financeira ao abranger, entre outros aspectos, a diversificação de atividades e de espaços de convivência. (COSTA, 1985, p. 215).

Nessa vertente, em poucas décadas se constituiu um período de prosperidade, indo além da predominância agrária, passando a incentivar a industrialização, que começou a ser desenvolvida de forma gradual. Porém, esse fluxo, não foi extensivo a todo o território nacional, assumindo caráter localizado. Concentrou-se nas áreas beneficiadas pela cafeicultura e em algumas de setores tradicionais, ainda sobrevivendo dos ganhos do açúcar, do algodão e de outros produtos menos expressivos. (NEVES E MACHADO, 1999, p.169).

TABELA 1 : VALOR PERCENTUAL DOS PRODUTOS BRASILEIROS DE EXPORTAÇÃO

| Anos      | Café | Cacau | Açúcar | Erva mate | Fumo | Algodão | Borracha | Couros | Total |
|-----------|------|-------|--------|-----------|------|---------|----------|--------|-------|
| 1821-1830 | 18,4 | 0,5   | 30,1   | -         | 2,5  | 20,06   | 0,1      | 13,6   | 85,8  |
| 1831-1840 | 43,8 | 0,6   | 24,0   | 0,5       | 1,9  | 10,8    | 0,3      | 7,9    | 89,8  |
| 1841-1850 | 41,4 | 1,0   | 26,7   | 0,9       | 1,8  | 7,5     | 0,4      | 8,5    | 88,2  |
| 1851-1860 | 48,8 | 1,0   | 21,2   | 1,6       | 2,6  | 6,2     | 2,3      | 7,2    | 90,9  |
| 1861-1870 | 45,4 | 0,9   | 12,3   | 1,2       | 3,0  | 18,3    | 3,1      | 6,0    | 90,3  |
| 1871-1880 | 56,6 | 1,2   | 11,8   | 1,5       | 3,4  | 9,5     | 5,5      | 5,6    | 95,1  |
| 1881-1890 | 61,5 | 1,6   | 9,9    | 1,2       | 2,7  | 4,2     | 8,0      | 3,2    | 92,3  |
| 1891-1900 | 64,5 | 1,5   | 6,0    | 1,3       | 2,2  | 2,7     | 15,8     | 2,4    | 95,6  |

Fonte: SCHLITTLER SILVA, Hélio. Tendências e características gerais do comércio exterior no séc. XIX. Revista de História da Economia Brasileira. 1953. v. I, nº 1, p. 4 (apud, Arruda, 1980, p. 629).

Através dessa demonstração, verifica-se na composição econômica brasileira uma participação mais abrangente, indo além do que comumente se costumava contabilizar. Dessa forma, revelando as contribuições de setores menos divulgados, certamente pela pouca atuação no montante da arrecadação geral do Brasil. No entanto, apesar de fornecer módicos impostos ao governo central, constituíam grande parte da sustentação da comercialização interna e externa, sendo em alguns casos o alicerce econômico de determinadas províncias menos favorecidas. (GOUVÊA, 2008, p. 10).

Essas abordagens tratam de mostras que remetem a um Brasil mais amplo, denotando particularidades internas envolvendo as regiões, evidenciando não ser apenas o país do café,

apesar do entendimento de sua percebível importância. (MANCHESTER, 1973, p. 276-277). Contudo, essa percepção encontrava oposição, pois uma medida levada à Câmara, em 1860, expunha o tratamento desigual em relação a algumas províncias, principalmente as nortistas. “Nele se propunha a divisão das províncias em três classes: a primeira incluiria São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Maranhão e Pará; [...]”. (CARVALHO, 2003, p. 137).

TABELA 2: RECEITA DAS CINCO MAIORES PROVÍNCIAS DA ÉPOCA (EM MIL-RÉIS)

| Províncias     | 1849         | 1889           |
|----------------|--------------|----------------|
| Rio de Janeiro | 885:100\$000 | 4.399:250\$000 |
| Bahia          | 868:042\$000 | 3.345:105\$000 |
| Pernambuco     | 714:346\$000 | 3.577:870\$000 |
| Minas Gerais   | 444:027\$000 | 3.474:000\$000 |
| São Paulo      | 290:848\$000 | 4.089:318\$000 |

Fonte: LIMA, Heitor Ferreira. História político-econômica e industrial do Brasil. 1973, p.232.

Através desse posicionamento, embora o norte não apresentasse a mesma intensidade na geração de recursos financeiros no final do terceiro quartel do século XIX, percebe-se que há o reconhecimento incontestável da sua participação no desempenho econômico do Império. Entretanto, na distribuição dos recursos voltados a investimentos, a partilha pende desproporcionalmente em favor das províncias sulistas.

### Províncias em modernização

Os direcionamentos políticos e econômicos, a partir de 1850, concorreram para um período de substanciais modificações econômicas e sociais no Brasil, cujas repercussões interferiram em planos políticos e administrativos geridos pelo governo central. Esses procedimentos permitiram a inserção de elementos da modernização em centros urbanos mais desenvolvidos e em determinados meios de produção.

No entanto, esses novos direcionamentos não indicavam abandono e desprestígio dos produtores rurais e dos grandes comerciantes, pois havia o entendimento da importância dos seus negócios. Era através dos seus préstimos, que se recolhia a maior parcela dos impostos, com os quais se mantinha a administração e se realizavam investimentos em obras públicas. Apenas estava se

deslocando parte dos interesses para áreas urbanas, locais que apresentavam considerável crescimento habitacional. Inclusive, vários proprietários ligados à agricultura pegavam gosto em residir nas urbes. É importante ressaltar que nesses centros se reuniam grupos que trabalhavam no comércio, em bancos, em escritórios, em órgãos públicos e em uma série de atividades necessárias à assistência dos negociantes e residentes.

Esse momento caracterizou-se pela inserção e incentivo de benefícios, através de melhoramentos em serviços públicos de alguns centros urbanos brasileiros. Para tanto, promoveu-se a abertura de várias atividades da iniciativa privada, inclusive para empresários estrangeiros. As etapas iniciais tiveram como domínios mais atendidos: água encanada, iluminação pública, saneamento e transportes. (CALDEIRA, 2001, p. 328).

Ao abordar as projeções e as realizações desprendidas nessa conjuntura, percebe-se haver consideráveis avanços em algumas urbes do norte e do sul, enfatizadas por significativas melhorias implementadas. O suporte para essas movimentações era a concepção de progresso, envolta pelo projeto de modernidade, um fator decisivo no intento da expansão capitalista. (LE GOFF, 1996, p.192).

Tais disposições repercutiam de forma satisfatória e ampliavam o alcance do Império no que se refere ao cumprimento de suas obrigações e à inserção da idéia de progresso. Essas medidas visavam atender interesses sociais, assim correspondendo a exigências cidadinas, acolhendo a nova organização estabelecida. Embora propensas a agradar as elites urbanas, atingiam alguns grupos pertencentes às camadas mais simples na forma de oportunidades e de alguns poucos serviços prestados.

Nesse direcionamento, a capital imperial recebeu vários investimentos, os quais se traduziram em pavimentação de ruas, iluminação a gás a partir de 1854, lojas com requinte e produtos europeus, bondes puxados a burros a partir de 1859, sistema de esgotos a partir de 1862, abastecimento de água através de carroças puxadas por burros e também de água encanada e serviço telefônico a partir de 1880. Convém salientar que esses serviços atingiam apenas uma parte da população e indicavam as marcas do capitalismo no Brasil.

Enfim, de acordo com Neves e Machado (1999, p. 298) “Enquanto o Rio de Janeiro recebeu uma série de melhorias a partir de 1850, nas demais cidades a urbanização foi muito pequena”. Essa condição acirrava o descontentamento regional, reforçando o entendimento de alguns líderes, que

expressavam o desconforto com o centralismo do Rio de Janeiro, acusando-o de utilizar os impostos arrecadados no norte, apenas pensando no seu desenvolvimento e em realizar obras públicas nele próprio e em outras províncias do sul. (MELLO, 1984, p. 253).

Posteriormente, os meios disponibilizados a essa estruturação decorreram em grande parte dos recursos advindos da lavoura cafeeira. Esse direcionamento viabilizou espaços para os recentes mercados, evidenciando a iniciante indústria local, também motivada pela postura política internacional, assumida pelo governo imperial ao romper antigos acordos desvantajosos com a Inglaterra.

Entretanto, em cidades nortistas, aconteceram significativas transformações, porém estas não eram auferidas ao desempenho da cafeicultura, mas sim através da interferência das elites locais e pelos setores produtivos pertinentes à região, capazes de dar sustentação às mudanças desencadeadas pela ideia de progresso, um sintoma da presença capitalista. (DUARTE, 2012, p.37-38).

Durante esse período, embora reconhecendo a importância da lavoura cafeeira, outros produtos concediam aceitáveis arrecadações, estabelecendo determinados avanços de natureza local. No norte, exemplificando a província pernambucana, mesmo não se obtendo os mesmos resultados do sul cafeeiro, geravam-se recursos suficientes para atrair investimentos em obras de médio e de grande porte, através dos rendimentos advindos da cana de açúcar, do algodão, do comércio e de outros setores menos influentes, mesmo se expondo a oscilações. (SINGER, 2012, p. 291-293).

Essas considerações resultavam da estrutura já constituída, sendo respaldadas pelas melhorias implementadas a partir de préstimos à sua capital, através de algumas obras que demonstravam relevantes conquistas no domínio do progresso. No setor de transportes, Peter Eisenberg (1977, p. 72) se refere à importância de três estradas de ferro voltadas à condução de cargas e passageiros, possuindo duas interligações com províncias vizinhas, ao norte com a Paraíba e ao sul com Alagoas. Na circulação urbana, estabeleceram-se duas companhias de trens urbanos e uma de bondes, destinadas à condução de passageiros. (DUARTE, 2012, p. 107). Ainda dispunha de uma companhia de navegação a vapor, cujas atividades foram iniciadas em 1855. Essas conquistas se evidenciaram a partir do momento em que foram inseridos indicativos de progresso em setores como transportes, fábricas, bancos, espaços culturais e foram promovidas melhorias públicas. (DUARTE, 2012, p. 184-185).

Dentre algumas realizações abrangendo áreas variadas, podemos destacar: água encanada a partir de 1846, um teatro comparável a europeus desde 1850, iluminação pública a gás em 1859, sistema de esgoto sanitário em 1868, ruas centrais calçadas, hospital de grande porte. Contava, ainda, com significativos avanços em termos econômicos, resultantes do desempenho nos setores comerciais e fabris existentes. (ZAIDAN, 1992, p. 28).

Outra província nortista, também não ligada cafeicultura, apresentava considerável desenvolvimento material. A Bahia demonstrava marcas de prosperidade, evidenciadas por meio de algumas importantes realizações, dispondo de navegação a vapor desde 1839 e uma estrada de ferro em operação a começar de 1861. Nesse decurso, a sua capital passou a contar com iluminação a gás, água encanada, sistema de comunicação a cabo submarino, transporte sobre trilhos para passageiros em área urbana e para cargas em áreas mais afastadas, bancos, fábricas e manufaturas. (TAVARES, 2008, p. 273-275).

## **Conclusão**

Esse bloco de apreciáveis conquistas não acompanhava todas as províncias brasileiras. Apenas cabia destaque a algumas ascendentes do sul cafeeiro e a outras do norte, consideradas tradicionais, avaliadas como estacionárias no desempenho econômico. Entretanto, essa conjuntura possibilitou que surgissem perspectivas capazes de promover significativas alterações na composição socioeconômica nacional, direcionadas pela penetração capitalista, tendo como principais elementos fomentadores o estabelecimento de indústrias, de transportes e de obras públicas.

Contrariando algumas assertivas e afastando a idéia de que no século XIX só existia progresso no sul do Brasil, foram implementadas várias melhorias materiais em províncias nortistas. Esses acontecimentos denotavam que localidades não produtoras de café partilhavam de parcela desses avanços, as quais apresentaram indícios de modernidade. Nesse processo, destacaram-se dois grandes produtores de açúcar, Pernambuco e Bahia, pois contaram com participações em alguns desses benefícios, incluindo vantagens nos transportes e portos de grande capacidade. Outras duas do norte, embora não com a mesma intensidade, estiveram inseridas em alguns avanços

decorrentes do próprio desempenho econômico. O Maranhão destacou-se pela participação nos negócios ligados ao algodão e o Pará, pela produção de borracha.

Apesar disso, algumas determinações privilegiavam o perfil político em detrimento da prioridade e o potencial de arrecadação, isto é, em algumas situações, na divisão do direcionamento das realizações, o que mais incidia na decisão não era a urgência do motivo ou circunstâncias, mas o prestígio, as conexões parlamentares e interesses governamentais. (MELLO, 1984, p. 251).

Uma das formas de reagir à pouca atenção do governo foi através do estabelecimento de relevantes investimentos materiais em províncias do norte. Além disso, comumente, parte da bancada nortista entrava em desacordo com a governança brasileira, alegando que a partilha de recursos era desigual, e que seus tributos fomentavam a riqueza e indústrias do sul, que somente se livrou da condição deficitária, a partir da década de 1860. (MELLO, p. 255).

## **Bibliografia**

ARAÚJO, Johny Santana. Bravos do Piauí! Orgulhai-vos: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866. Teresina: EDUFPI, 2011.

ARRUDA, José Jobson de. O Brasil no comércio Colonial. São Paulo: Ática, 1980.

BASILE, Marcello Otávio N. de. A independência e a formação do estado imperial. In: LINHARES, Maria Yedda. (org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CALDEIRA, Jorge. Mauá: o empresário do império. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: teatro de sombras. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: SCHWARCZ. Lilia Moritz. (org.). A construção nacional 1830-1889. Madri: Rio de Janeiro: MAPFRE/OBJETIVA, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DEAN, Warren. A ferro e fogo: história da devastação da mata atlântica. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DUARTE, José Lins. Recife no tempo da maxambomba 1867-1889: o primeiro trem urbano do Brasil. Teresina: EDUFPI, 2012.

EISENBERG, Peter L. Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 29 ed. São Paulo: Nacional, 1999.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. O Império das províncias: Rio de Janeiro 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ FAPERJ, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil monárquico: do império à república. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. v. 7.

IGLÉSIAS, Francisco. Vida política 1848/1868. In: FAUSTO, Boris. (org.). O Brasil monárquico: reações e transações. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. v. 5.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas, S P: UNICAMP, 1996.

LIMA, Heitor Ferreira. História político-econômica e industrial do Brasil. São Paulo: Nacional, 1973.

MANCHESTER, Alan K. Preeminências inglesas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MELLO, Evaldo Cabral de. O Norte Agrário e o Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. e MACHADO, Humberto Fernandes. O Império do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NOYA PINTO, Virgílio. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme. (org.). Brasil em perspectiva. 15 ed. São Paulo: DIFEL, 1985.

OLIVEIRA LIMA, Manuel de. Pernambuco: seu desenvolvimento histórico. Recife: FUNDAJ, 1997.

PAULA, João Antônio de. O processo econômico. In: SCHWARCZ. Lilia Moritz. (org.). A construção nacional 1830-1889. Madri: Rio de Janeiro: MAPFRE/OBJETIVA, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. 33 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. 8 ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1995.

SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo: Nacional, 1977.

TAVARES, Luís Henrique Dias. História da Bahia. Salvador; São Paulo: Edufba/Unesp, 2008.

ZAIDAN, Noemia. O Recife nos Trilhos dos Bondes de Burro (1871-1914). 1992. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) Centro de artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

